

Aprovada na 771ª sessão

ALADI/CR/Ata 769
6 de junho de 2001
Hora:10h10màs 12h25m

ATA DA 769ª SESSÃO DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da ordem do dia.
 - Incorporação ao Comitê de Representantes da Organização Pan-Americana de Saúde (OPS/OMS), como Observador.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração da ata correspondente à 768ª. sessão.
4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Acompanhamento do Programa de Atividades.
 - Aprovação dos termos de referência para os Seminários-Oficina sobre Integração Física e Transporte; e
 - Aprovação dos termos de referência para o “Estudo sobre o provável impacto da ALCA no comércio intra-regional e no comércio dos países-membros com os Estados Unidos e o Canadá”.
5. Aperfeiçoamento do funcionamento e tomada de decisões no Comitê de Representantes (Doc. Inf.625).
6. Assuntos diversos.

- Relatório da Primeira Reunião Técnica de Organismos e Agências Internacionais e Regionais sobre Informação Estatística.

Preside:

CARLOS HIGUERAS RAMOS

Assistem: Carlos Onis Vigil, Jorge Alberto Ruiz, Ricardo Harstein, Gustavo Vivacqua, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Willy Vargas Vacafior e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Afonso José Sena Cardoso, Eduardo Paes Sabóia, Haroldo de Macedo Ribeiro e Otávio Brandelli (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda, Alfonso Silva Navarro, Flavio Tarsetti Quezada e Axel Cabrera (Chile), Arturo Sarabia Better e Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), Miguel Martínez e Fidel Ortega Pérez (Cuba), Juan Carlos Faidutti Estrada, Julio Prado Espinosa e Carlos Santos Repetto (Equador), José Luis Solís González e Arturo Juárez Juárez, (México), José María Casal, Rubén Ramírez Lezcano, Gloria Irma Amarilla Acosta e Luis Alfonso Copari (Paraguai), Carlos Higuera Ramos, Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Elbio Rosselli e José Roberto Muinel (Uruguai), Rodrigo Arcaya Smith, Carlos Longa González e Magdalena Simone (Venezuela), Marlene Gómez Calderón (Costa Rica), Guillermo Estrada Strecker (Guatemala), Vasil Macovei (Romênia), Roberto Casañas (OEA), César Vieira e José Flusa Lima (OPS) e Martín Santiago (PENUD).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e Gustavo Adolfo Moreno.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Submetemos a consideração a ordem do dia. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente. Era para incluir dois temas em assuntos diversos; um deles é o seminário que será organizado sobre o papel da ALCA e, o outro, conversar um pouco sobre a reunião de sexta-feira, de Peritos Governamentais, o Seminário-Oficina sobre a ALCA. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Não havendo observações sobre estas propostas, consideramos aprovada a ordem do dia.

- Incorporação ao Comitê de Representantes da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS/OMS) como Observador.

PRESIDENTE. Senhores Representantes, esta sessão tem um caráter muito especial, porque recebemos a Organização Pan-Americana da Saúde, na pessoa do Senhor César Vieira, como Observador neste Comitê de Representantes.

No currículo do Senhor César Vieira diz que ele é brasileiro, mas pelo que leio depois vejo que é um cidadão da América e da América Latina, pois está realizando um trabalho de caráter técnico-social de grandes dimensões. Ele veio especialmente de Washington para esta ocasião e é um motivo de grande satisfação para a ALADI recebê-lo pessoalmente, como também seu Representante Permanente em Montevideú, Senhor José Fiusa Lima.

O currículo do Senhor Vieira é extenso, mas apenas falarei de um dos pontos. Além de ser médico, é Coordenador do Programa de Políticas Públicas e Saúde da Divisão de Saúde e Desenvolvimento Humano da OPS/OMS. Considero que este é um cargo que nestas circunstâncias, no Século XXI, tem dimensões incomensuráveis e um trabalho gigantesco em suas mãos.

Sentimo-nos duplamente honrados, Senhor Vieira, primeiro, porque a OPS aceitou como Observador na ALADI e, segundo, por tê-lo conosco nesta manhã. Não desejaria fazer uma história da OPS, pois os senhores a conhecem melhor do que eu. Além do mais, foi-nos distribuído um documento sobre o papel da Organização Pan-Americana da Saúde, que estou certo de que os senhores lerão com toda atenção.

De todos modos, desejaria dizer que a maioria de nossos países participa ativamente dos vínculos de colaboração técnica com a OPS, que, como sabem, sua missão essencial e específica, em sua qualidade de Organismo Internacional, que faz parte do sistema das Nações, é atuar como escritório regional para as Américas, da Organização Mundial da Saúde.

A OPS, em seus esforços por melhorar a saúde na América, orienta suas atividades para os grupos mais vulneráveis, concentrando seu interesse em temas relacionados com a equidade, para aqueles carentes de recursos para atender a saúde, em um enfoque pan-americanista que fomenta o trabalho conjunto dos países sobre assuntos comuns. Neste sentido, a OPS pôs em andamento muitos programas para melhorar o nível de saúde na região americana.

Por outro lado, todos observamos em nossos países o trabalho da OPS, pela ajuda prestada em prol de metas comuns. Implementa empresas multinacionais em saúde na América Central, no Caribe, no Cone Sul e na região andina. Temos muitos exemplos disto. Em seu devido momento o Senhor Secretário-Geral ampliará estes temas.

Pedimos ao Senhor Vieira transmitir nossos cumprimentos ao Diretor da OPS, Doutor George Alleyne, de Barbados, e também a certeza de que estamos dispostos a continuar e ampliar nossa colaboração com o Organismo que ele hoje representa. Seja bem-vindo, Senhor Vieira. Em nome dos Representantes

Permanentes, esperamos que esta colaboração se acentue, amplie e melhore em todas suas metas com a Associação Latino-Americana de Integração.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral, Embaixador Juan Francisco Rojas.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Queria, em nome da Secretaria-Geral, aderir às suas palavras e também dar as mais cordiais boas-vindas ao Doutor Vieira, pessoa com quem já nos une uma amizade pessoal e, principalmente, celebrar com grande alegria a incorporação, hoje, da Organização Pan-Americana da Saúde.

No ano passado, a raiz da minha visita a essa Organização, à sede central em Washington, tive a oportunidade de conhecer muito a fundo as atividades desenvolvidas por esse Organismo, vinculadas diretamente com o comércio internacional de todos nossos países. Naquela ocasião fui recebido pelo Senhor George Alleyne, Diretor-Geral da OPS, a quem peço também transmitir meus cumprimentos.

Nesse momento tive a oportunidade de conhecer toda essa série de ações intangíveis, desenvolvidas pela OPS em matéria de comércio. Todo produto, todo bem que é transado e que vemos do lado das preferências, as tarifas e as restrições não-tarifárias, de uma ou outra maneira, estão vinculadas com as ações normais, com a atividade cotidiana da Organização Pan-Americana da Saúde. Não apenas os bens agrícolas ou alimentícios, em termos gerais, mas todo o universo tarifário tem uma regulamentação por parte da OPS, que induz a sua melhor qualidade, e não apenas quanto a comercialização, senão também quanto a sua produção.

Além disto, o trabalho desenvolvido em matéria social, que todos conhecemos, de uma ou outra maneira, embora eu reclamasse ao Senhor George Alleyne, dizendo-lhe que deveria não apenas limitar-se a faixa cósmica da CNN Internacional, senão ampliar muito mais, já que a Organização requer a maior difusão, no que diz respeito às ações que realiza.

Como Secretaria-Geral tínhamos um convênio com a Direção-Geral da Organização. Esse convênio traduziu-se em um conjunto de ações que viemos desenvolvendo paulatinamente. A última delas se referiu à assinatura de um convênio específico para alguns trabalhos relacionados com nossa biblioteca, e para o qual estamos recebendo uma permanente cooperação através da Organização BIREME, que é a que, aliada à OPS, desenvolve este tipo de atividades. A partir desse momento, a vinculação como Observador da Organização nos permitirá ampliar esse campo de ação, diretamente relacionado com todas aquelas matérias nas quais a OPS conta com uma bagagem muito importante e que, indubitavelmente, a pedido deles mesmos, requereria uma complementação por parte do "know-how" que manejamos em matéria comercial e em matéria de investimentos.

Por outro lado, sentimo-nos muito contentes hoje, pois nos abre um amplo panorama de ações para o futuro e estou certo de que a colaboração da OPS para nós poderá aprofundar-se no futuro imediato. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Ofereço a palavra ao Doutor César Vieira, Coordenador da área de Políticas Públicas e Saúde da Divisão de Saúde e Desenvolvimento Humano do Escritório Central da OPS/OMS.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (César Vieira). Muito obrigado. Embaixador Carlos Higuera, estimado Embaixador Rojas Penso, Secretário-Geral da ALADI, distintas e distintos Representantes da ALADI, senhoras e senhores, inicialmente devo apresentar-lhes os cordiais cumprimentos do Doutor George Alleyne, Diretor da OPS, quem não pôde estar aqui nesta manhã para expressar-lhes a satisfação de nossa Organização por haver sido aceita na condição de Observador no Comitê de Representantes da ALADI. A OPS se sente honrada com essa condição, por reconhecer a liderança que exerce a ALADI no processo de integração comercial em nossa região.

Discrepâncias históricas entre os setores de comércio e saúde resultaram, muitas vezes, na inclusão das políticas e normas de saúde entre as chamadas barreiras técnicas ao comércio. Não obstante, devo recordar-lhes que a criação da OPS, há quase um século, teve entre suas determinantes a necessidade de controlar doenças –como a malária e a febre amarela- e o saneamento dos portos e meios de transportes como meio para facilitar o comércio das Américas.

Mas, recentemente, o processo de globalização, o desenvolvimento tecnológico, o comércio internacional e a integração se tornam cada vez mais presentes nos afazeres diários da Organização. Estes fenômenos provocam desafios e oportunidades para o setor da saúde.

Entre os desafios está a disseminação dos riscos para a saúde das populações, trazidos pela importação de produtos e comportamentos nocivos. O consumo de drogas e o SIDA são exemplos dramáticos destes riscos. Mas, entre as oportunidades está a possibilidade do acesso a novos conhecimentos e tecnologias que permitem superar problemas de saúde até então impossíveis de serem controlados.

O comércio internacional mantém vinculações estreitas, e cada vez mais importantes, com a saúde, como no caso dos alimentos e produtos para uso humano, que fazem parte importante das exportações e importações de nossos países-membros. Entendemos que o melhoramento progressivo das condições sanitárias destes alimentos e produtos pode trazer benefícios econômicos e sanitários, tanto para os países exportadores como para os países importadores.

Uma dimensão ainda pouco explorada da relação entre os setores do comércio e da saúde, mas que cada dia adquire relevância, diz respeito ao comércio internacional de bens e serviços de saúde. Aqui há que procurar uma definição balanceada da oferta exportável dos produtos e serviços e das demandas insatisfeitas das populações carentes de nossos países. Este é um campo que, como veremos mais adiante, requer uma atenção especial, não apenas por suas dimensões sanitárias, mas por sua crescente importância econômica.

Finalmente, devemos fazer referência à relevância que têm para a saúde os diferentes acordos de integração que atualmente se negociam e se implementam na região. O “regionalismo aberto”, como nossos colegas da CEPAL denominam

o processo de integração nas Américas, exige de nossos países-membros uma grande capacidade negociadora para poder participar de diferentes foros de negociação, gerados sobre cada tema. No setor da saúde o vimos, por exemplo, com respeito aos medicamentos, tema que os países-membros da ALADI estiveram discutindo simultaneamente em 5 ou 6 instâncias nos últimos dois anos.

Como se trata de uma dimensão menos conhecida do comércio internacional, gostaria de compartilhar com os senhores alguns dados e preocupações a respeito do mercado regional de serviços de saúde. No final da década passada, as Américas estavam gastando aproximadamente 1.200 bilhões de dólares em produtos e serviços de saúde, equivalentes aproximadamente à metade do gasto mundial. A América Latina e o Caribe se responsabilizam por 115 bilhões de dólares, aproximadamente 10% do total regional, correspondendo aos países-membros da ALADI 109 bilhões ou 95% do total da América Latina e do Caribe. Esse montante representava 7,3% do PIB regional.

Ainda não conhecemos que proporção do mercado regional de serviços de saúde é realizada através de transações internacionais, mas sabemos que, grande parte dos medicamentos, equipamentos e insumos utilizados pelo setor da saúde é importada de outros países da América Latina e de fora da região. Possivelmente a estimativa e a monitorização destas transações sejam possíveis através da utilização das excelentes bases de dados da ALADI.

Há pouco tempo, os peritos em comércio internacional consideravam os serviços de saúde como não tratáveis. Também nós considerávamos a prestação de serviços de saúde como uma atividade local e doméstica. Não obstante, pouco a pouco começamos a perceber que esta percepção era equivocada. De fato, o desenvolvimento tecnológico do setor da saúde vai permitindo, cada vez mais, que os serviços de saúde sejam tratados internacionalmente.

O comércio internacional de serviços de saúde é observado em nossa região em suas quatro modalidades principais: o movimento de prestadores de serviços, a presença comercial de prestadores estrangeiros e a prestação fora de fronteira de serviços.

Diante de tais desenvolvimentos nos perguntamos que pode e que deve fazer o setor saúde. Achamos que, considerando a instabilidade da globalização, o setor da saúde não tem outra alternativa que encarar ativamente este processo, tratando de minimizar os riscos e maximizar as oportunidades que ele propicia. Desta maneira, o setor da saúde deve abandonar sua posição exclusiva de barreira técnica ao comércio internacional para tornar-se um sócio do setor comercial. Neste caso, a proteção da saúde das respectivas populações passa a ser um lucro tanto sanitário como econômico para os países importadores e exportadores.

Outrossim, devemos inserir-nos ativamente na negociação dos acordos de integração de que participam nossos países. Primeiro, para lograr que estes acordos outorguem prioridade à saúde das populações envolvidas. Segundo, para incorporar a eles dimensões comerciais do setor da saúde o SGT-11 do

MERCOSUL – dedicado a produtos, serviços e programas de saúde – é um bom exemplo de que esta estratégia é politicamente viável e tecnicamente factível.

A OPS veio analisando as conseqüências da globalização, do comércio e da integração para a saúde, desde algum tempo. Viemos promovendo a participação do setor da saúde nas negociações da ALCA, MERCOSUL, Comunidade Andina, NAFTA, SICA, CARICOM e Associação dos Estados Caribenhos. Mantivemos relações de trabalho sobre estes temas com a OMS, a OMC, a UNCTAD e a União Européia. Participamos das conferências ministeriais de Denver, Belo Horizonte, San José e Seattle.

Estamos apoiando o desenvolvimento da capacidade do setor da saúde para participar da negociação do acordo de comércio e integração. Estamos acompanhando o diálogo entre Governos e entidades privadas, interessadas no comércio internacional de produtos e serviços de saúde. Nossos peritos em medicamentos, vacinas, alimentos, tecnologia, informática, recursos humanos, serviços de saúde, saneamento e proteção ambiental estão cada vez mais envolvidos em atividades similares em relação aos respectivos temas. Acumulamos uma longa experiência com a compra de insumos da saúde para nossos países-membros.

Não obstante, o setor da saúde carece de muitas das habilidades necessárias para interagir com uma chance razoável de sucesso com a globalização, o comércio internacional e a integração. Por esta razão, devemos buscar novas alianças e formas de cooperação com nossas contrapartes do setor de comércio e integração que possam apoiar-nos nessa interação. Logicamente, pensamos que nesta aliança o setor da saúde pode dar contribuições, baseadas em sua própria experiência, contribuindo desta maneira para que, além de seus objetivos econômicos, a globalização, o comércio e a integração possam também atingir seus objetivos sociais.

Esperamos que nossa colaboração possa ajudar nossos colegas da ALADI no tratamento destes temas, do ponto de vista do comércio internacional, e estamos certos de que a ajuda da ALADI beneficiará a população dos países da região, principalmente seus estratos menos privilegiados.

No diálogo prévio à concessão à OPS da condição de Observador no Comitê de Representantes da ALADI, foram constatadas várias possibilidades de cooperação entre ambas as Organizações. Em sua visita a Washington, no ano passado, o Embaixador Rojas Penso nos deu uma visão panorâmica sobre a importância estratégica da ALADI no processo de integração em nossa região. De nossa parte lhe sugerimos possibilidades de cooperação em relação ao comércio internacional de alimentos, medicamentos, vacinas e serviços, além de compras estatais de insumos para o setor da saúde.

Temas como a desgravação tarifária de vacinas e medicamentos e a criação de um “mercado regional de saúde” foram identificados como objetivos possíveis da cooperação entre as duas Organizações. Para ambos os lados ficou clara a conveniência mútua de intensificar a cooperação entre a ALADI e a OPS, iniciada em 1997 através de um convênio dedicado ao intercâmbio de produtos, sistemas e serviços de informação científico-técnica. Identificamos as unidades da OPS que devem encarregar-se das atividades conjuntas com a ALADI em relação a cada um dos temas, assim como identificamos o contato permanente

com a Secretaria-Geral da ALADI, em nome de nossa Organização, como uma responsabilidade adicional para nossa Representação da OPS no Uruguai.

Em síntese, distintas e distintos Representantes e colegas da Secretaria-Geral da ALADI, este nos parece o raciocínio para a cooperação da OPS com a ALADI. Temos a mais alta expectativa quanto a esta cooperação, para cujo sucesso dedicaremos todos os nossos esforços. Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Vieira. Vossa Excelência nos apresentou um horizonte de ações que demonstra que a Organização Pan-Americana da Saúde chega muito a tempo a este Comitê Permanente, para que a partir de hoje possam ser criadas novas formas de colaboração mútua.

Estou certo de repetir o que todos estão pensando porque ambos os Organismos, como Vossa Excelência acaba de dizer, criarão, de maneira conjunta, novas formas nos campos do comércio e da integração em saúde, com programas e projetos específicos de cooperação técnica. Esta última descrição é sumamente interessante e, logicamente, este Comitê as estudará com a maior atenção.

Portanto, desejamos, Senhor Vieira, transmitir a seu Diretor-Geral nosso desejo de recebê-lo sempre com os braços abertos, a seu Representante Permanente em Montevidéu, logicamente, para que exista uma participação e uma contribuição ativa da OPS em seu papel de Observador no Comitê de Representantes da ALADI. Muito obrigado e seja bem-vindo. Peço-lhe que ocupe seu lugar de Observador da OPS.

2. Assuntos em pauta.

PRESIDENTE. Senhores Representantes, prosseguimos com o tratamento de nossa agenda. Tem a palavra ao Senhor Secretário-Geral para tratar os assuntos entrados nestas últimas semanas.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. A lista de Assuntos em Pauta desta sessão figura no documento que é incorporado permanentemente às pastas das Representação e que faz parte da presente ata.

1. Representação Permanente do Chile. Nota Nº 029/01, de 25 V.2001.

Comunica o término de funções do Senhor Alfonso Silva Navarro, Ministro Conselheiro, Representante Alterno, a partir de 29 de junho próximo.

2. Organização Pan-Americana da Saúde (PS/OMS). Nota URU –658-01, de 14. V. 2001.

Informa que o Doutor César Vieira, Coordenador da Área de Políticas Públicas e Saúde, da Divisão de Saúde e Desenvolvimento Humano, representará a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde na cerimônia de incorporação como Observador.

3. Organização dos Estados Americanos. Nota URU-213, de 30.V.2001.

Comunica que o Diretor do Escritório da Secretaria-Geral da OEA no Uruguai, Engenheiro Roberto Casañas, foi designado como Diretor Recorrente Interinamente do Escritório da SG/OEA na Argentina.

4. Delegação Permanente do Brasil. Nota Nº 107, de 23.V.2001.

Comunica a vigência do Trigésimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 14, assinado entre o Brasil e a Argentina.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1249.

5. Representação Permanente do Brasil. Nota Nº 119, de 31.V. 2001.

Comunica a vigência do Vigésimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 35, assinado pelos Estados Parte do MERCOSUL e o Chile.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1252.

6. Representação Permanente de Cuba. Nota Nº 22/01, de 7.V.2001.

Informa incorporação à legislação nacional da República de Cuba de diferentes acordos de complementação econômica.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1245.

7. Primeira Reunião de Peritos em Estatísticas de Turismo dos Países-Membros da ALADI (ALADI/SEC/Memorando 174).

8. O sistema de preferências da ALADI (ALADI/SEC/Estudo 128/Rev. 1).

9. Convergência gradual dos programas de liberação dos diferentes acordos de livre comércio (ALADI/SEC/Estudo 129/Rev. 1).

10. Relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária (janeiro-abril de 2001) (ALADI/SEC/di 1503).

11. Relatório mensal da situação financeira da Associação Latino-Americana de Integração até 30 de abril de 2001 (ALADI/SEC/di 1504).

12. Contribuições recebidas para o orçamento da Associação.

Brasil. US\$ 4.443.38, cancela custos financeiros do ano 2000.

Colômbia. US\$ 11.000, pagamento por conta da contribuição do ano 2001.

13. Situação atual e perspectivas do comércio eletrônico na região (Atualização) (ALADI/SEC/ 1514).

14. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades da Associação (ALADI/CR/dt 160).

15. Seminário-Oficina sobre Integração Física – Termos de referência (ALADI/CR/dt 161).

16.Seminário-Oficina sobre Transporte – Termos de referência (ALADI/CR/dt 162).

17.Estudo sobre o provável impacto da ALCA no comércio intra-regional e no comércio dos países-membros com os Estados Unidos e o Canadá (ALADI/CR/dt 163).

Em primeiro lugar, cabe destacar a nota da Representação Permanente do Chile, onde comunica o término de funções do Ministro-Conselheiro Alfonso Silva Navarro, a partir de 29 de junho próximo. A Secretaria coordenará com a Representação Permanente do Chile e com a Presidência a despedida formal do Comitê ao Ministro Silva Navarro.

Mesmo não estando nos assuntos em pauta, desejaria comunicar que ontem ficamos sabendo da infausta notícia do falecimento do senhor pai do Ex Embaixador do Chile, Augusto Bermúdez, e queremos, em nome da Secretaria-Geral, por intermédio da Representação Permanente desse país, transmitir ao Embaixador Bermúdez nossos sentimentos de pesar.

Prosseguindo com os assuntos em pauta, Senhor Presidente, desejaria manifestar que estão a disposição dos países o relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária correspondente ao período janeiro-abril de 2001 e o relatório mensal da situação financeira da Associação até 30 de abril de 2001, que serão analisados na próxima reunião da Comissão de Orçamento.

Cabe também, Senhor Presidente, destacar a contribuição do Governo da República da Bolívia pelo montante de US\$146.188, cumprindo assim com o plano de pagamento estabelecido entre a Associação e o Governo desse país, com o propósito de adiantar contribuições atrasadas, que vêm sendo atualizadas permanentemente.

Poremos também em conhecimento da Comissão de Orçamento, em sua próxima reunião, o ajustamento feito no plano de pagamentos, subscrito entre a Associação e a República da Bolívia, como consequência da modificação das contribuições dos países a partir do orçamento do presente ano.

Agradecemos, Senhor Presidente, à Representação Permanente da Bolívia e, por seu intermédio, a seu país essa contribuição. Do mesmo modo agradecemos a Delegação do Brasil por nos ter enviado uma contribuição de 4.443.38 dólares, ficando assim quite totalmente sua dívida com a Associação até a presente data. Agradecemos, também, ao Governo da Colômbia, que enviou 11.000 dólares por conta da contribuição do ano 2001.

A Secretaria também deseja agradecer as Representações Permanentes de ambos os países pelas gestões realizadas no sentido de cumprir, com pontualidade, as obrigações contraídas com a Associação. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Creio que é tradição que o Presidente não comente nunca o que diz o Senhor Secretário-Geral, mas creio que no caso da partida do Ministro Conselheiro, Silva Navarro do Chile, sim, pois lamentamos muito sua partida. No tempo que estou aqui, e estou certo de que

também antes, sempre sua atividade esteve centrada pela serenidade, pelo ânimo construtivo e pelo bom humor dos maus e bons momentos nos trabalhos deste Comitê, o que nos fará sentir muito sua ausência. Obrigado.

3. Consideração da ata correspondente à 768ª sessão.

PRESIDENTE. Submeto à consideração a ata da 769ª sessão do Comitê de Representantes, realizada no dia 16 de maio de 2001. Ofereço a palavra ao Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Saraiva Better). Tenho algumas pequenas observações de pontuação, que encaminharei à Secretaria, com a devida licença do Comitê.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Embaixador. Logicamente serão anotadas suas observações. É uma linda ata, realmente, de muitas páginas e de estupendo conteúdo. Cada vez estão melhores as atas do Comitê de Representantes. Não havendo mais observações, fica aprovada.

4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Acompanhamento do Programa de Atividades.

- Aprovação dos termos de referência para os Seminários-Oficina sobre Integração Física e Transporte; e

- Aprovação dos termos de referência para o “Estudo sobre o provável impacto da ALCA no comércio intra-regional e no comércio dos países-membros com os Estados Unidos e o Canadá.

PRESIDENTE. Temos o relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre o Acompanhamento do Programa de Atividades. Ofereço a palavra ao Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente. Como indica a ordem do dia, o relatório do Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades consta do documento dt 160. Farei apenas uma breve síntese do que está aí.

Nessas reuniões foi analisado, em primeiro lugar, o cumprimento do Programa de Atividades da Associação, nos meses de março, abril e no período janeiro-março para as atividades de caráter permanente.

O grupo de trabalho fez algumas recomendações sobre o programa de atividades do relatório da Secretaria do mês de março, indicando na página 2 que os Estudos 128 e 129 só estiveram prontos nestes últimos dias, dada a índole dos trabalhos, e a necessidade de requerer algumas instruções da Chancelaria, recomenda-se ao Comitê que seja analisado no decorrer do mês de julho. No mesmo sentido, quanto ao Programa de Trabalho, um documento sobre o resumo 122, que fará a Secretaria, dado que aí está prevista uma reunião informal de membros das Representações, o grupo recomenda que se analise no mês de junho, ou seja, neste mês.

Quanto aos Seminários-Oficina sobre Integração Física e Transporte, anexados também, foram distribuídos como Documentos 161 e 162, onde se

recomenda ao Comitê a aprovação de ambos os textos que convocam estas reuniões para os dias 24 e 25 de julho próximo.

Por último, o grupo também se dedicou a fazer um projeto, uma proposta de termos de referência para o estudo sobre o provável impacto da ALCA no comércio intra-regional e no comércio dos países-membros com os Estados Unidos e o Canadá, em anexo, como dt 163, recomendando ao Comitê sua aprovação.

Quanto a este ponto, cabe salientar que no programa de atividades para esse ano figurava uma possível cooperação com a OEA. Parece que essa cooperação não prosperou. A intenção da Secretaria era alocar as verbas para a realização deste estudo. Isso é tudo, Senhor Presidente, no que diz respeito às últimas reuniões do Grupo de Trabalho sobre o Programa de Atividades da Associação. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Embaixador Onis.

Submeto a consideração o Documento 160, contendo a aprovação do grupo sobre termos de referência para os Seminários-Oficina, referente à integração física e transporte, bem como os termos de referência para o estudo sobre o provável impacto da ALCA no comércio intra-regional e no comércio dos países-membros com os Estados Unidos e o Canadá, contidos nos Documentos 161, 162 e 163, em poder dos senhores. Creio que foram bem debatidos neste grupo. Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Tenho uma preocupação quanto ao financiamento, porque se devemos obter recursos para suprir os que se esperavam da OEA, de alguma maneira esses recursos devem sair de outros programas, pois entendo que não há fontes adicionais para que o orçamento no final possa balancear-se.

Sugeriria contemplar a possibilidade de que se esses recursos não pudessem ser determinados na quantia esperada, porque outros programas não podem ser suspensos. deveríamos ter certa flexibilidade na contratação ou não do estudo porque, caso contrário, ao aprovar o estudo com estas características e com esse orçamento estamos definindo de antemão que esses 9.000 dólares devem sair de outra parte, e talvez não chegaríamos a um consenso, a não ser que existam esses recursos, livres e disponíveis. Nesse caso não haveria nenhum inconveniente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Embaixador. Desejaria perguntar às Representações do Chile e da Venezuela se solicitaram a palavra para tratar este ponto apresentado pelo Embaixador da Colômbia. Caso contrário, daria a palavra ao Senhor Secretário-Geral para responder sobre esta preocupação. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Efetivamente, o que apresenta o Embaixador da Colômbia é uma preocupação que submeteremos à Comissão de Orçamento para uma transferência de item do fundo de capital de trabalho, para que posteriormente o Comitê autorize essa transferência e possamos executar o trabalho, conforme previsto.

Evidentemente, esta é uma primeira experiência quanto ao Orçamento por Programa. Não temos este tipo de cobertura de contingência que nos permita evitar este salto burocrático no decorrer deste ano em nossa proposta sobre o Programa de Trabalho.

Necessariamente para o próximo ano teremos que introduzir alguns elementos de flexibilidade que permitam agilizar este tipo de trâmites de atividades que forem surgindo, relacionadas ou de ampliação do Programa de Trabalho e que requerem recursos adicionais para cumprir o objetivo proposto, que não significa, de nenhuma maneira, alterar as condições com que se pretende manejar o orçamento por programa, senão para complemento daquelas atividades que, às vezes, são previstas e, às vezes, não, mas necessárias para cumprir o objetivo próprio das atividades da Associação. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Não sei se o Representante da Argentina deseja referir-se ao tema apresentado pela Colômbia; sendo assim, ceder-lhe-ia a palavra.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Duas particularizações sobre o manifestado pelo Embaixador da Colômbia.

Este tema está no Programa de Atividades. O grupo considerou que era importante fazê-lo como estava indicado no programa, no sentido de que seria feito em cooperação com a OEA. Na reunião, a Secretaria disse que não informava; então, correspondia passá-lo à Comissão de Orçamento para analisar os itens de onde poderiam sair esses 9.000 dólares, que é, concretamente, o dinheiro que se necessita para fazer o Estudo.

Quanto a isso também há outro tema. Há um Fundo de Trabalho; são verbas que vêm do ano passado, e creio que é um tema que será tratado na Comissão de Orçamento, ou seja, há uma quantidade de dinheiro, não sei quanto, mas supera, e que se poderá destinar-se a este tipo de atividades. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Embaixador Onis. Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Senhor Presidente. Gostaríamos de saber se essa transferência de recursos não afetará as atividades substanciais. Consideramos importante realizar este estudo, já que complementa o anterior.

Desejaria fazer menção apenas aos termos de referência do Seminário-Oficina de integração física e de transporte. Creio que é uma questão de enfoque. Imagino que não haverá problemas em considerar esta sugestão que quero fazer.

É com relação ao objetivo de ambos os Seminários-Oficina. Em ambos os casos se diz que serão analisadas e intercambiadas experiências e serão efetuadas

recomendações sobre as possíveis ações da ALADI, mas aí entra uma limitação que creio que haveria que retirar e deixar aberta, porque diz o que pode desenvolver a ALADI, levando em consideração sua capacidade técnica. Entendo o sentido desta frase sobre a capacidade técnica, ou seja, a partir da capacidade que temos, das potencialidades etc., mas como a ALADI não é apenas um organismo técnico, senão de ordem política, isto é, um comitê político, não devemos limitá-lo, simplesmente deixar “ações que pode desenvolver a ALADI.” Dessa maneira se dá espaço, inclusive, à capacidade de imaginar formas de apoio que a ALADI possa realizar e que não são apenas de ordem técnica, a estas duas matérias tão importantes. Essa seria minha sugestão: retirar essa frase em ambos os casos.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Chile. Continuo oferecendo a palavra e depois submeterei a consideração sua proposta de fechar o parágrafo em ALADI, esquecendo o resto. Tem a palavra o Senhor Embaixador da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado, Senhor Presidente. Desejo apoiar a proposta do Chile, que considero excelente e, em segundo lugar, uma questão formal. Os termos de referência sobre o impacto no comércio com os países, Estados Unidos e Canadá, estariam aprovados, pendentes da solução sobre custos pela Comissão de Orçamento.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Embaixador do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Senhor Presidente. Apoiamos também a exposição do Representante do Chile.

Consideramos também importante este trabalho que será feito aqui na ALADI; além disto, Senhor Presidente, no grupo de países de menor desenvolvimento informamos sobre uma pequena mudança no programa apresentado oportunamente pelo Paraguai, para ver se podemos aprofundar este mesmo estudo no caso do Paraguai em forma muito particular. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Embaixador. Tomamos nota de sua idéia. Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (José Solís González). Obrigado, Senhor Presidente. Estaríamos também em condições de aprovar os termos de referência que estão sendo discutidos, incluída a observação do Chile. Apenas temos alguma reserva quanto às datas, pois devemos consultar nossas autoridades. Solicitaríamos que fossem datas recomendadas para a realização destes eventos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do México. Creio que não há nenhuma observação sobre esta última proposta, que o Comitê está recomendando as datas, para consulta aos Governos, pois penso que é lógico.

O Senhor Representante do Chile fez uma proposta para que o parágrafo objetivo finalize em “ALADI”. Creio que ninguém se opôs; pelo contrário, recebeu apoio de várias Representações. Portanto, a Presidência lhes apresenta o relatório do coordenador do Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades da Associação em seu conjunto, seu conteúdo e o consideraremos aprovado. Muito obrigado, Senhor Embaixador Onis, por seu eficiente trabalho.

5. Aperfeiçoamento do funcionamento e tomada de decisões no Comitê de Representantes (Doc. Inf. 625)

PRESIDENTE. Passamos agora ao ponto seguinte da agenda, que consta no Documento Informativo 625. Senhores Representantes, este documento passou por todos os escritórios, foi amplamente difundido, com tempo suficiente, tem data de 31 de maio. Consulto se estão de acordo com este texto, para que continue seu curso dentro da Secretaria-Geral. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente. Consideramos que a Secretaria fez um bom resumo do conjunto de reuniões que tivemos sobre o aperfeiçoamento do funcionamento da ALADI e tomada de decisões.

Distribuiremos agora uma proposta sobre a primeira parte, referente à criação dos grupos de trabalho. No Documento 625, a resolução de caráter geral estabelece dois objetivos: a criação e o funcionamento. Pensamos que isto deve ir de forma separada. O que estamos tratando agora é um regulamento geral para o funcionamento dos grupos de trabalho, que é a proposta que estamos fazendo, elaborar uma resolução geral onde estabeleça tudo o que é comum a todos os grupos de trabalho e depois, na nossa proposta há um ponto b), que diz que cada grupo de trabalho que for criado terá uma resolução particular do Comitê, que deverá incluir exclusivamente objetivos, duração e termos de referência para suas atividades, e o resto das atividades é comum a todas as demais; ou seja que estamos distribuindo uma proposta nesse sentido.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Esperamos sua proposta para modificar o Documento 625 e ajustá-lo à idéia argentina, que sempre nos apresenta papéis deste tipo, muito interessantes e muito bem pensados.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Presidente. Antes de mais nada queria agradecer também a Secretaria pelo esforço de fazer um resumo, que considero está muito bem feito, dos acordos ou consensos preliminares a que chegamos em relação a este tema do aperfeiçoamento do funcionamento dos trabalhos do Comitê. Eu teria duas pequenas observações.

Além disso, no ponto e) do primeiro tema, sobre "Criação de grupos de trabalho por decisão do Comitê", sugeriria que neste projeto de resolução ficasse registrada também a conveniência de registrar presença das Representações nas reuniões dos grupos de trabalho. Como inclusive já começou a ser elaborado o relatório que nos apresentará o Embaixador Onis sobre estes pontos da agenda, contendo uma lista das Representações presentes nas deliberações de seu grupo de trabalho, considero que deve ficar claro no ponto 1. e) que nessas minutas das reuniões dos grupos conste a presença das Representações; esse era um ponto.

O outro ponto é o tema do "Papel da Secretaria-Geral", o ponto 6 do Documento 625, no qual consta corretamente a recomendação do Comitê ao Grupo de Trabalho de Informação para que analise o tema dos acordos de cooperação. Mas, faltou outro tema discutido aqui e que já está sendo tratado. Com relação a outro ponto de nossa agenda, recém tomamos as decisões correspondentes, que é a rotina de que o Comitê de Representantes aprove termos de referência para atividades não rotineiras da Secretaria-Geral. Por exemplo, estudos, consultorias, realização de seminários, por iniciativa da Secretaria-Geral. Considero que isto deve ser aprovado através de

termos de referência pelo Comitê. Recém estamos fazendo algo, porque no ponto anterior da agenda o fizemos e considero uma muito saudável institucionalização de uma rotina, isto é, estudos novos, consultorias, seminários sobre os quais a Secretaria-Geral tome a iniciativa, no âmbito do Programa de Trabalhos a empreender, que seja discutido no Comitê ou nos grupos de trabalho que corresponda nos termos de referência respectivos.

Uma última observação, Presidente, sobre como vamos fazer com todos esses acordos que temos. Com relação ao ponto 1, vamos ver a proposta da Argentina para decidir se aprovamos uma resolução geral sobre criação dos grupos de trabalho. A respeito dos outros pontos, 2 até 8, não tenho nenhuma proposta, mas imagino que seria sua intenção, Presidente, adotar essas decisões eventualmente, uma vez que estivermos todos de acordo, através de menção em atas do Comitê de Representantes, mas também estaria aberto a que isso fosse adotado por outro projeto de resolução ou de qualquer outra forma. Não desejo que se percam essas decisões, porque considero que estamos, agora que temos esse Documento 625, muito bem feito, reitero à Secretaria-Geral, no bom caminho. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Brasil. A Presidência tinha a intenção de considerar o ponto 1, que nos acaba de apresentar a Argentina e depois aprovar todos os demais com as observações feitas por Vossa Excelência, salvo observação de alguma Representação, mas a Representação argentina também faz observações aos pontos 6 e 8 do documento. Por conseguinte, considero que poderíamos tratá-los em conjunto para que nenhum ponto que aprovemos no ponto 1 se oponha a outros que estão a partir do ponto 2. Daria a palavra à Bolívia antes de começar a trabalhar sobre o papel argentino.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). Coincido absolutamente quanto a que a Secretaria elaborou um documento muito compreensivo, muito concreto, que encaminha, verdadeiramente, que se aproxima de uma conclusão final sobre este tema. Porém, desejaria fazer observações a esse respeito, mais de forma que de fundo.

Refiro-me, em particular, ao ponto 1, que creio é a forma em que deveríamos discriminar, quanto ao mesmo. Na letra c) diz que os coordenadores dos grupos apresentarão relatórios de avanços, quando corresponda. Considero que isso deveria ser eliminado porque esses relatórios são simplesmente um instrumento, e isso está coberto pelo fato de que na letra c) se estabelece que serão elaboradas minutas onde estão estabelecidos, de forma pormenorizada, precisamente, os avanços dos trabalhos e são distribuídas às Representações.

Digo que não corresponde elaborar relatórios sobre os avanços porque não representam uma categoria, porém o relatório final é uma categoria de trabalho onde constam as recomendações que devem ser submetidas à consideração do Comitê de Representantes. Se eliminamos os relatórios de avanços, poderemos compreender melhor as tarefas dos grupos de trabalho.

Depois, na letra d), Senhor Presidente, diz que os grupos de trabalho estão abertos à participação. Dá a impressão de que se pode participar ou não dos grupos de trabalho. Creio que não é o caso. Estes são grupos de trabalho e estas são algumas normas genéricas, como muito bem manifestava o Embaixador da Argentina, para todos os grupos de trabalho, já que cada um deles, quando for criado por resolução do Comitê, deverá ter um objetivo determinado, uma forma e alcance

de trabalho que se propõe permanente ou transitório, qualquer que seja a situação, mas esta condição genérica se refere ao grupo de trabalho como órgão auxiliar do Comitê de Representantes. Por conseguinte, estes grupos devem estar integrados pelas Representações de todos os países, não devem ser abertos.

Isso significa que, eventualmente, poderia haver ausências por qualquer motivo. Isso deverá ser incorporado ao relatório para o Comitê de Representantes, como muito bem consta na letra b), onde se indica que deve informar-se sobre o consenso obtido ou não. O consenso é um critério de unanimidade dos doze Representantes. Se esse não for o caso, por ausência ou divergência, será motivo do relatório. Por conseguinte, a situação estaria coberta. Minha proposta, Senhor Presidente, é fazer modificações de forma.

Repito, eliminar da letra e) os relatórios de avanço, que não são necessários. Administrativamente se diz “quem pode o mais pode o menos”, e o relatório final é o documento que define os países que obtiveram ou não consenso. Depois na letra d), simplesmente para reiterar, que os grupos de trabalho devem estar integrados com a participação não aberta, ou seja, de todos os países-membros. Por enquanto, Senhor Presidente, reservo-me meu critério sobre alguns incisos do ponto 2 e seguintes. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante, por suas propostas. Desejaria quanto antes passar a conversar sobre o ponto 1 da proposta argentina, que contém algumas das observações do Embaixador da Bolívia. Tem a palavra o Senhor Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado. Tínhamos analisado este Documento 625, mas as observações da Argentina são de fundo.

Desejaria que esta análise fosse feita em outra reunião, porque as mudanças não são poucas e creio que merece uma reflexão antes de começar a falar ou pensar em voz alta, que é o que não desejo fazer. Por exemplo, tenho enormes dúvidas sobre a proposta que deverá ser aprovada por consenso, em alguns parágrafos que já continha o documento anterior. Não sei se isso é correto. Embora diga “sem prejuízo do Tratado de Montevideu 1980”, isso deve ser bem pensado porque, se não fosse assim, estaríamos cometendo um erro no sentido de que isto deve ser aprovado por resolução. Considero que os grupos de trabalho podem ser criados por uma resolução, mas por que não de outra maneira, como uma aprovação em atas, por exemplo?

Desejo também fazer algumas reflexões sobre a criação dos grupos, como já foi manifestado, criação de grupos de trabalho por grupos de países, embora aqui fique o tema mais ou menos aberto, como propõe a Bolívia. Desejaria refletir um pouco mais a esse respeito, principalmente sobre o documento apresentado pela Argentina, para aprová-lo em uma próxima reunião e dedicar-lhe o tempo necessário e fazer reflexões mais profundas. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Embaixador. Efetivamente, o documento argentino abre o leque do Documento 625 e apresenta outro tipo de estrutura e algumas outras afirmações que creio que seria necessário estudar com muita atenção, apesar de serem todas muito positivas.

Enfim, continuo oferecendo a palavra, antes de chegar a uma decisão sobre este ponto. Tem a palavra o Senhor Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Julio Prado Espinosa). Obrigado, Senhor Presidente. Tínhamos feito os trabalhos em função do Documento 625. Não obstante, consideramos que as propostas da Argentina não somente são muito importantes, mas, em alguns casos, são ilustrativas; em outros casos nos complicam porque, não sei, por exemplo, como estabelecer termos de referência específicos no Grupo de Trabalho dos PMDERs.

Por conseguinte, estaria de acordo com a sugestão do Embaixador da Venezuela de adiar o tratamento deste tema para uma próxima reunião a fim de estudar com tranqüilidade o documento argentino, que, como digo, considero muito importante, tem muito boas iniciativas, mas nos criou alguma dúvida. Estamos examinando, por exemplo, o ponto 6 da proposta argentina, "Papel da Secretaria-Geral", muito interessante, mas creio que merecerá um debate importante. Em todo caso, Senhor Presidente, estamos de acordo com a proposta da Venezuela. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Equador. Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Apoio a proposta da Venezuela no sentido de que na próxima reunião discutamos definitivamente todos estes pontos.

Em segundo lugar, queria manifestar que do Documento 625, apresentado pela Secretaria, no que diz respeito à participação de observadores, recolhe-se, efetivamente, uma decisão do Comitê de passar este tema, a partir da proposta do Chile, para o Grupo de Trabalho de Informação e Cooperação. Desejaria instar a que esse grupo se reúna para tratar este tema, já que deve ser recolhido em nossa discussão geral sobre o funcionamento da ALADI. Nada mais, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Temos uma série de propostas concretas. Inclusive, algumas ainda não foram escritas, mas desejaria, para que este Comitê possa tomar uma decisão, acrescentar outra proposta feita pela Mesa na reunião de ontem.

A Mesa reuniu-se muitas vezes na Secretaria-Geral para tratar temas, previamente a esta sessão, que foram de muita utilidade porque nos permitiram chegar a importantes pontos de acordo para serem apresentados aos senhores, com algum mérito adicional. Ontem a Mesa me encarregou que no ponto 5, onde diz "Mesa do Comitê de Representantes", fosse acrescentado o conceito de que a Mesa poderá realizar reuniões oficiosas, quando considere oportuno, podendo contar com a assistência da Secretaria-Geral, porque às vezes não é necessário contar com a presença da Secretaria-Geral porque vai ser tratado algum tema que não requer da Secretaria-Geral.

Então, desejaria colocar essa idéia no ponto 6 para que fique um pouco especificado que a Mesa se reúne muitas vezes, sem que os senhores tomem conhecimento e, às vezes, para trabalhar sobre temas vinculados com as sessões do Comitê de Representantes.

Senhores Representantes, desejaria propor-lhes o seguinte: temos a proposta da Argentina, ponto 1, ponto 6 e ponto 8 por escrito; o Brasil fez duas importantes propostas, que não são de forma, mas de fundo, e creio que valeria a pena que as apresentasse por escrito, para poder estudá-las e para refletir sobre o Documento 625 e sobre as propostas apresentadas; a Presidência apresentou também um parágrafo. Enfim, a Bolívia fez algumas observações que poderão ser discutidas na próxima sessão.

Esse seria o estado em que se encontra esse tema. Uma semana mais para aperfeiçoar o funcionamento e a tomada de decisões no Comitê de Representantes não vai prejudicar os trabalhos e, portanto, se não houver oposição, recolheríamos a idéia do Representante da Venezuela, apoiada por vários países, de suspender a discussão do Documento 625, mas com o compromisso de tratá-lo na próxima sessão.

Caso alguma Representação tenha novas idéias, solicitaria que as enviasse às Representações antes da sessão da quarta-feira, para que não surja outro pedido, logicamente muito natural, de adiamento do tema para outra semana a fim de poder discutir as novas propostas. Solicitamos que as Representações que tenham mais propostas sobre este Documento 625 nos ajudem a enriquecê-lo, a melhorá-lo, a aperfeiçoá-lo, comunicando-as às outras onze Representações e à Secretaria-Geral, para que tome nota e tenha os documentos prontos. Creio que isso seria muito mais construtivo.

Se não houver observações, consideramos aprovada a idéia e trataríamos este tema do aperfeiçoamento do funcionamento e tomada de decisões na próxima sessão do Comitê. Obrigado.

6. Assuntos diversos.

PRESIDENTE. Passamos, então, a assuntos diversos. Temos três temas neste item e outros dois, sobre os quais informarão rapidamente a Presidência e a Secretaria-Geral.

- Relatório sobre a Primeira Reunião Técnica de Organismos e Agências Internacionais e Regionais sobre Informação Estatística.

PRESIDENTE. Passamos ao ponto "Relatório sobre a Primeira Reunião Técnica de Organismos e Agências Internacionais e Regionais sobre Informação Estatística. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETARIA-GERAL (Luis Gonzaga Coelho). Muito obrigado, Senhor Presidente. A Secretaria-Geral da ALADI foi convidada a participar da Primeira Reunião Técnica de Organismos e Agências Internacionais e Regionais sobre Informação Estatística, realizada no âmbito da Primeira Reunião da Conferência de Estatística das Américas, da CEPAL. Ambas as reuniões se realizaram na sede da CEPAL, na cidade de Santiago do Chile, de 8 a 11 de maio passado.

O principal objetivo da primeira reunião de inter-agências, da qual participaram 15 instituições regionais internacionais, dentro das quais agências da chamada família das Nações Unidas e algumas instituições que cumprem o papel de centro na compilação e difusão de informação estatística, como a ALADI, a Secretaria da Comunidade Andina, a SIECA, o BID, entre outros Organismos. O objetivo fundamental foi que no âmbito desta coordenação inter-agências se procurasse evitar

ou reduzir significativamente, no mais breve prazo possível, as despesas adicionais que os países se vêem obrigados a realizar para atender o constante fluxo de pedidos de informação.

Outrossim, buscou-se evitar a confusão que origina nos organismos internacionais, nas repartições governamentais de estatística e na comunidade acadêmica em geral a difusão da informação pelas instituições governamentais, muitas vezes elaboradas com critérios e procedimentos metodológicos marcadamente assimétricos. A idéia era buscar uma forma de iniciar um diálogo permanente, que resultará no estabelecimento de uma metodologia harmonizada para que se possa compilar informação estatística comparável com o menor custo possível.

Cumpra a nós, representando a Secretaria-Geral, fazer uma apresentação intitulada “as ferramentas de informação informática da Secretaria-Geral da ALADI e o apoio ao processo negociador para a integração latino-americana”, detalhando os produtos e serviços de informação elaborados no âmbito desta Secretaria-Geral, utilizados pelos países-membros para apoiar e dar suporte técnico e administrativo ao processo de negociação, realizado no contexto da ALADI.

Nesse contexto, deu-se especial destaque às informações de comércio, tarifas, preferências e nomenclatura processadas, sistematizadas, compiladas e disponíveis pela Secretaria-Geral, sua aplicação prática no processo de negociação e principalmente a importância do papel da Secretaria-Geral da ALADI como centro de referência, depositária e irradiadora de informação econômica e comercial sobre os países-membros da Associação, informação que emana, logicamente, das repartições governamentais de cada um dos países-membros.

Além disso, informou-se a Conferência sobre os procedimentos de coordenação e fornecimento da informação estatística primária, desde as repartições governamentais responsáveis pelo seu envio até a incorporação definitiva nas bases de dados correspondentes, métodos utilizados para seu tratamento estatístico, além de comentar as variáveis e indicadores que compõem essa informação. Fez-se especial referência à utilização das recomendações das Nações Unidas, que servem de referência para a conformação do manual de instruções que fornecemos às repartições governamentais que nos enviam as informações.

Comentou-se, também, sobre os procedimentos adotados para captar e processar dados estatísticos e ratificou-se, anunciando mais uma vez a estas repartições governamentais a realização da Sexta Reunião Técnica de Repartições Governamentais responsáveis pelo fornecimento da informação estatística de comércio exterior, programada para os próximos dias 27 e 28 de junho.

Na conferência ficou bem claro quais eram os objetivos da CEPAL e de todas as entidades envolvidas neste evento, entidades governamentais e também organismos internacionais. A idéia era promover um desenvolvimento e o melhoramento das estatísticas nacionais e sua compatibilidade internacional, levando em conta as recomendações da Comissão de Estatística das Nações Unidas, dos organismos especializados e de outras organizações que se considerem pertinentes, promover a cooperação internacional, regional e bilateral entre as repartições nacionais e os organismos internacionais e regionais e preparar um programa bianual de atividades de cooperação regional internacional que possa dispor de recursos e que responda às demandas dos países da região.

Participaram da conferência aproximadamente 26 organismos internacionais e 27 países-membros da CEPAL. As representações foram do mais alto nível, em termos de cargos dos participantes que ocupam seus respectivos Governos.

Como conclusão de nossa participação, além das informações que já foram fornecidas aos senhores através do relatório de missão pode depreender-se da participação da ALADI nessas reuniões, que ambos os eventos reconhecem que a ALADI é um foro especializado em informações estatísticas de comércio exterior, sendo indicada como referência metodológica, seja em processos de captação, processamento, compilações e sistematização de informação, seja em seu fornecimento e pela coordenação técnica que manteve com as repartições governamentais que mandam as informações primárias.

No âmbito do exposto, sugeriu-se à ALADI elaborar, a fim de dar maior dinâmica a esta interação com seus pares na região, um relatório pormenorizado sobre o tipo de informação que nós sistematizamos e sobre as metodologias utilizadas para captar e fornecer a informação. Também se sugeriu que prestação damos às informações contidas em nossas bases de dados.

Muito obrigado, Presidente. É um resumo bastante sintético, e creio que já se pode dar por concluída a apresentação.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Gonzaga Coelho, por sua apresentação. Esta foi solicitada pela Representação do Chile e foi muito útil para nós. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Muito obrigado, Senhor Presidente. Desejo agradecer e felicitar a Secretaria-Geral por sua participação neste evento e pela síntese feita pelo Senhor Gonzaga. Lemos com muito cuidado o relatório de missão. É um relatório muito exaustivo, no qual foram desenvolvidos muito bem os pontos.

Acreditamos que este relatório permitirá à Secretaria-Geral um acionar mais acabado em suas funções específicas nesta matéria e especialmente levar em conta muitos dos pontos tratados nesta reunião do Chile na próxima reunião de Responsáveis pelo Fornecimento de Estatísticas de Comércio Exterior. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Uruguai. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Presidente, somente para aderir às congratulações à Secretaria-Geral e especificamente ao funcionário que representou a ALADI e que fez a apresentação do tema. Creio que esta é uma fortaleza, como muitas vezes se mencionou aqui, da ALADI, que devemos continuar apoiando.

Além disso, desejaria salientar o espírito com que foi assumido este trabalho, porque acredito que demonstra que temos um recurso humano na Secretaria e na ALADI do máximo nível e que pode ajudar-nos a continuar posicionando a ALADI nestas matérias. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente. No mesmo sentido que as Representações do Uruguai e do Chile, para felicitar a Secretaria pelos trabalhos.

PRESIDENTE. A Presidência sente muito prazer pelas palavras de elogios e as transmite à Secretaria-Geral, ao Senhor Gonzaga Coelho e aos que trabalharam com ele. Creio que é um excelente ponto a favor da Secretaria-Geral.

Passamos ao ponto 2 de assuntos diversos. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. O primeiro ponto refere-se ao Seminário-Oficina de Peritos Governamentais sobre a incidência da ALCA no processo de integração, que se realizará depois de amanhã, dia 8, na sede da ALADI. Recebemos o programa das reuniões e fazemos algumas consultas à Mesa.

Qual seria a idéia da Presidência sobre a abertura e organização da reunião Tem previsto um expositor ou coordenador? Vão chegar a conclusões? A reunião começa às 10h15 e finaliza às 13h. O almoço é livre? Desejaríamos esclarecer algumas consultas para informar os delegados argentinos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Alguém deseja intervir sobre este ponto? Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Sim, Presidente, para que a Secretaria nos informe sobre as pessoas que participarão deste evento, para informar a nossos representantes e para que eles possam, inclusive, coordenar reuniões prévias com relação aos que participam.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. A Secretaria-Geral está solicitando os documentos. Posso adiantar-lhes que por razões do cargo gostaria muito de estar sentado no lugar do Peru nesse seminário, mas vou ter que estar sentado aqui. Por conseguinte, realiza-se a abertura da reunião e começam a discutir-se os pontos dos termos de referência, e creio que no final desse seminário poderíamos informar-lhes sobre as conclusões, para que seja realmente um seminário-oficina, com algum tipo de objetivo final. Para isso estamos reunidos. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado. Com relação ao funcionamento, já o Presidente informou sobre a forma de encarar o desenvolvimento deste seminário-oficina.

Desejo manifestar que até o momento a Secretaria não conhece ou não recebeu as creditações dos participantes das Representações Permanentes da Bolívia, Paraguai e Uruguai. O Embaixador do Uruguai tinha-nos adiantado que, obviamente, ia acreditar uma pessoa.

Quanto às pessoas acreditadas, todas elas, de uma ou de outra maneira estão vinculadas com todo o processo de negociação da ALCA e com seu avanço. No caso do país-membro que não participa deste processo, estará também presente.

O Embaixador Mentor Villagómez Merino, Sub-secretário de Assuntos Econômicos, assumirá neste momento a Presidência do Comitê de Negociações da ALCA. As demais são pessoas acreditadas pelos países, vinculadas diretamente com o processo de negociação, salvo o país que não participa da negociação, mas que acreditou o Diretor de Política Comercial de seu Ministério de Comércio Exterior para que participe dessa reunião. Não sei se com isso ficam atendidas as consultas.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Poderia enviar-nos a lista das pessoas que vêm e seus cargos?

PRESIDENTE. Assim se fará, Senhor Embaixador. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). De acordo com o manifestado pela Presidência, creio entender que a coordenação, porque não sei se neste caso é a presidência de um seminário-oficina, estaria a cargo do Presidente do Comitê.

PRESIDENTE. Com muito prazer gostaria de renunciar a essa coordenação, e digo isto com muita sinceridade. Penso que o Presidente, como Presidente do Comitê, poderia abrir o seminário-oficina e depois sentar-se aqui um dos técnicos.

Creio que esse cargo poderia ser ocupado pelo Uruguai, que é o país sede. Enfim, os senhores decidirão quem dirige a sessão, com base nos termos técnicos da ALCA. Nesse sentido estou totalmente de acordo. Eu perguntava ao Secretário-Geral Adjunto por que o Presidente do Comitê deve presidir ou coordenar um seminário-oficina. Se fosse um seminário sobre direito internacional, talvez o fizesse com muito mais entusiasmo, mas tratando-se de um tema técnico como a ALCA, creio que perfeitamente posso abrir a sessão, como é costume, e deixar meu lugar à pessoa que o Comitê decida que deve coordenar esse seminário-oficina. Com todo prazer, porque não há necessidade de que o Presidente do Comitê, seja eu ou quem venha no próximo semestre, presida os seminários-oficina. Estou de acordo com o Senhor Representante.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). O que eu queria era simplesmente uma informação para os participantes, porque se fala da abertura da reunião, mas não se fala de quem a presidirá. Como haverá outra série de seminários-oficina, é um pouco para saber que mecanismo vamos adotar neste e nos próximos seminários.

Considero muito mais apropriado que a abertura da reunião esteja a cargo do Presidente do Comitê, e no caso da ALCA considero que a reunião deveria estar presidida pelo Representante do Equador que preside o Comitê de Negociações.

Pensamos que cada seminário deveria estar presidido pela autoridade maior nesse momento. No caso da ALCA, considero que a abertura da reunião deveria

estar a cargo do Presidente do Comitê e depois fazer a eleição de Presidência do Representante do Equador.

Além disso, considero importante, o que normalmente se maneja como relator ou como alguém que elabora e informe sobre as conclusões. Esse papel pode ser desempenhado pela Secretaria. Não sei se com o nome de relator, mas não desejaríamos que ficassem em branco e preto os acordos e as propostas que foram aceitas para o papel da ALADI, porque é um insumo muito importante para nós, para o documento que devemos apresentar. Ou seja, é muito importante que haja um papel escrito, um resumo das intervenções, mas não necessariamente muito claro. O que os Representantes Governamentais aceitam ou propõem aceitar para que a ALADI tenha um papel neste processo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Somente para um esclarecimento. Enviamos uma nota na sexta-feira acreditando os funcionários que participarão deste seminário-oficina. Adianto somente que participarão a Sub-Diretora da Direção de Integração e MERCOSUL da Chancelaria e Coordenadora das Negociações da ALCA desse Ministério, juntamente com outras pessoas que constam nessa nota. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Ruben Ramírez Lozano). Muito obrigado, Senhor Presidente. Minha Representação comunica hoje sobre o delegado que assistirá em representação do Ministério das Relações Exteriores. Trata-se de um técnico da Direção de Integração Econômica, responsável pelo acompanhamento dos processos de integração. Neste caso, é um funcionário que já esteve na ALADI.

Desejo destacar que para nós foi muito difícil designar o delegado, devido aos compromissos que, como Presidência Pro Tempore do MERCOSUL, temos durante este mês para a coordenação da reunião de cúpula que se realizará em Assunção nos próximos dias. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacafior). Indiretamente já foram esclarecidas minhas dúvidas. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Apoio a proposta do Embaixador Onis e, portanto, a idéia, nos termos apresentados, de que o coordenador do seminário seja o Equador.

E para o futuro, talvez deveríamos pensar, quando se trate de matérias para as quais, por exemplo, existe um grupo de trabalho, que o coordenador do grupo coordene o seminário-oficina, com a abertura a cargo do Presidente do Comitê e, logicamente, com a assistência da Secretaria.

Em segundo lugar, desejaria solicitar, se possível, por razões de agenda, não sei se alguma outra das autoridades que vêm ao seminário da sexta-feira tem o mesmo problema, concentrar os temas em uma sessão, talvez contínua, já que há um espaço na hora do almoço, para tratar de encerrar a reunião às 16h, a fim de que os participantes possam voltar a seu país nesse mesmo dia. Nada mais, obrigado.

PRESIDENTE. O senhor sugere que os participantes do seminário alcem aqui. O Embaixador da Colômbia está de acordo, e considero que é uma boa idéia.

Gosto da idéia proposta pela Argentina, de que a Presidência faça a abertura do seminário-oficina e que a reunião seja presidida pelo coordenador. Creio que a este Comitê de Representantes vêm peritos governamentais aos quais podemos transmitir nossa idéia. Acredito que ninguém se opõe a que o Equador seja o coordenador do seminário-oficina. Depois a Secretaria-Geral, como ordenadora das idéias que forem emitidas neste seminário, apresentaria um relatório para que nossos Governos tomem conhecimento do que foi tratado.

Cada país está fazendo grandes esforços para enviar seus representantes, porque todos estão, como manifestou o Representante do Paraguai, com muitos compromissos, têm as agendas completas e é um grato sacrifício, certamente, vir a Montevideu. Por conseguinte, os Governos têm direito a conhecer os resultados do acontecido.

Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Peço desculpas por participar novamente, mas acabo de receber a lista dos delegados que participarão deste seminário.

Simplesmente desejaria manifestar que nossa Representação considera que com esta lista está sendo cumprido um primeiro objetivo deste seminário. Nela figuram pessoas que realmente são responsáveis em seus respectivos países deste tema, e esse era nosso objetivo. Considero que é uma demonstração também de que, de alguma maneira, a ALADI está começando a ter força e convocatória dentro de nossas Chancelarias, porque tivemos presença temática, conceitual e teses durante, principalmente, o último ano e meio. Por conseguinte, creio que com este grupo de altos funcionários, o seminário-oficina já tem garantido um espaço para os futuros trabalhos nesta matéria de convergência ALADI – ALCA, que estivemos tratando.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Embaixador. Estaria faltando apenas a Bolívia, que, certamente, nas próximas horas designará seu representante. O Uruguai já anunciou seu nome. Faltaria colocá-lo nesta lista para que esteja completa.

Então, a sessão se realizará na sexta-feira, com as idéias propostas pelos Representantes. Obrigado.

Passamos ao ponto 3 de assuntos diversos. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Desejo referir-me ao Memorando 175, distribuído pela Secretaria. Há dois dias tomei conhecimento de um seminário sobre “Desafio da ALCA para a integração latino-americana”. É um

seminário financiado pela Fundação Konrad Adenauer, e se faz juntamente com o CIEDLA, Centro Interdisciplinar de Estudos sobre o Desenvolvimento Latino-Americano dessa Fundação.

Vou referir-me, basicamente, ao tema de procedimentos e um pouco ao que podem ser algumas conseqüências políticas. A primeira pergunta que queria fazer, vendo os participantes e o financiamento, e de onde vem, é se os europeus vêm aqui, à ALADI, como é a ALCA, as vantagens e os desafios que devemos enfrentar os países da América Latina.

Chama-nos a atenção este enfoque, sem julgar o benefício para uns ou para outros, se é melhor a União Européia ou se é melhor o modelo ALCA. Nós, pelo menos como MERCOSUL, sempre dizemos que devemos avançar com os dois, de forma simultânea, que para nós há um melhor e um pior. Temos medo de que, como aconteceu em um seminário realizado na semana passada em Montevideu, em um organismo dependente da União Européia, foi dito que era melhor o modelo da União Européia que a ALCA não era muito boa e que era muito mais conveniente para nós associar-nos à União Européia. Isso se pode refletir na imprensa e posso receber um pedido de explicações ou ter algumas observações por parte da minha Chancelaria ou de outros ministérios sobre esse tipo de comentários, porque o que aparece nos jornais, finalmente, é a ALADI e é um organismo intergovernamental. Devo começar a dar explicações, dizer que foi organizado pela Secretaria, que era um seminário acadêmico onde alguém disse.... É muito difícil para mim dar esse tipo de explicações.

Por conseguinte, solicitaria à Secretaria que, como já propusemos no documento sobre o aperfeiçoamento da ALADI, quando se realizem atividades que estão fora do Programa de Atividades, que a proposta, a idéia, seja submetida à consideração do Comitê, para poder opinar e que o seminário ou a iniciativa seja o mais positiva possível. Diria que, lendo todo o memorando e vendo os participantes, parece uma linha determinada, não há ninguém que possa vir defender a ALCA.

Considero que este tipo de seminário é útil, porque talvez participem alguns europeus dando determinadas opiniões, mas pode haver outros participantes que nos possam dar a visão dos benefícios da ALCA, se queremos um tipo de encontro mais equilibrado. Ou seja, temos muitas formas de consulta. Estivemos trabalhando dentro do programa de atividades sobre este seminário-oficina, que se realizará na sexta-feira, sobre o tema da ALCA, estivemos trabalhando sobre estudos que hoje aprovamos, sobre os termos de referência para um estudo sobre o comércio com a ALCA. Por conseguinte, houve muitas oportunidades para tratar o tema da ALCA.

Então, solicitaria que nas próximas oportunidades se realize uma consulta prévia sobre a proposta, sobre os termos de referência e que nós, nesse sentido, queremos opinar. Não sei como solucionar este tema, porque se chega a haver alguma repercussão jornalística no sentido de que na ALADI foi dito que o modelo de integração com Europa é melhor que o da ALCA, solicitaria ao Embaixador Rojas as explicações do caso, que foi a um encontro acadêmico, e no qual não pude participar da decisão dos convidados. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Antes de dar a palavra ao Senhor Secretário-Geral, tem a palavra o Senhor Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Julio Prado Espinosa). Obrigado, Senhor Presidente. Exatamente no mesmo sentido que a Argentina. Estamos de acordo em que toda iniciativa da Secretaria-Geral sempre é bem-vinda, mas consideramos que há temas com implicações políticas e este é um.

As implicações políticas consistem, para um organismo intergovernamental como este, em que pelo menos conheça o tema, medite sobre ele e o analise e, principalmente, participe dele. Se a sede da ALADI vai transformar-se em um encontro no qual se falará sobre diversos tópicos, creio que já o Embaixador da Argentina o manifestou muito bem, não tenho por que repeti-lo, mas, de alguma maneira pode ser mudado, modificado, já que ainda temos tempo. Estamos falando em agosto e devemos pensar que a possível modificação do título do seminário poderia, de alguma maneira, implicar ou diminuir o peso de que, justamente, falava o Senhor Embaixador, a repercussão jornalística de um tema como este.

A idéia de falar de “novos cenários da integração” pareceria muito mais geral. Desejo manifestar, exatamente, que considero muito importante escutar temas ou pessoas peritas que nos falem de todos os tópicos e creio que se falam em favor ou em contra da ALCA esse não é o problema, não é esse o temor. O problema central é que deve haver uma estrutura, e se queremos realizar um seminário, devemos conhecer as pautas, dirigir, como fizemos com os demais seminários. Acredito que o apoio que possam dar-nos as fundações ou diversas ONG's, como aqui se menciona, é bem-vindo, mas sempre dentro de diretrizes do Comitê, dos países-membros, que são sempre necessárias, bem como esta muito boa iniciativa que teve a Secretaria-Geral.

Em definitivo, Senhor Presidente, desejaríamos unir-nos totalmente ao manifestado pela Argentina, no sentido de que este tema deveria ter sido tratado pelo Comitê e, finalmente, se se pode modificar o encabeçamento deste seminário, com uma temática um pouco mais geral, na qual se fale de “Novos cenários da integração” e não uma coisa tão dirigida. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Equador. Tem a palavra o Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Presidente, sem entrar no mérito do seminário em si mesmo, do tema a tratar no seminário, queria nada mais acompanhar as observações de procedimento feitas pelas Representações da Argentina e do Equador, no sentido de recalcar a necessidade e a conveniência de adotar uma regra neste tema de aperfeiçoamento do funcionamento e tomada de decisões do Comitê, como tínhamos proposto esta manhã, de deixar claro, quando se trate de iniciativas que não estejam previstas ou aprovadas expressamente no programa anual de trabalhos da Associação, que a Secretaria-Geral as submeta com antecedência à consideração do Comitê de Representantes, como está no papel que hoje distribuiu a Representação da Argentina e que o Brasil apóia neste ponto.

É uma forma de respaldar a Secretaria e de proteger a iniciativa da Secretaria e de compartilhar das decisões respectivas, independentemente da forma de financiamento dessa atividade. Isto é, embora esteja em nosso orçamento e logicamente estará no Programa de Atividades, também vêm de fontes extra-orçamento, como é este caso, de uma fundação de um terceiro país extra-continente.

Queria que isso servisse de exemplo para recalcar a necessidade deste aperfeiçoamento que devemos institucionalizar no exercício que estamos fazendo de melhorar nosso funcionamento interno.

Devo dizer que minha Delegação tomou conhecimento desta iniciativa da Secretaria antes que o Secretário-Geral enviasse este memorando, porque ele teve a gentileza de informar-nos e inclusive de solicitar-nos uma sugestão de um nome de um brasileiro para que participasse e nós, logicamente, tentamos fazer o melhor para indicar uma pessoa de alto nível para que possa vir a este seminário. Nós tínhamos tomado conhecimento deste seminário. Considero que pode ser interessante e intervenho só para tomar este caso como exemplo da necessidade de institucionalizar uma prática de tomada de decisões conjunta do Comitê e da Secretaria em iniciativas deste gênero que não estejam previstas no Programa Anual de Atividades da Associação. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Embaixador. Tem a palavra o Embaixador da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Presidente, creio que estamos frente a um tema que não é a primeira vez que é tratado, e que me parece muito importante, porque para fortalecer a Instituição é necessário que esses limites estejam cada vez mais claros, os limites entre a função do Comitê e o âmbito de ação da Secretaria.

Manifestei, em várias oportunidades, que necessitamos uma secretaria-geral forte, com capacidade de impulsionar ações, de adiantar programas. Não é bom para nenhuma instituição ter uma secretaria limitada, com um âmbito muito estreito, porque isso limita suas possibilidades e afeta, de alguma maneira, o bom desenvolvimento de suas funções. Porém, entendo e compartilho das preocupações pelas conseqüências do procedimento, do fato de que este tipo de eventos seja informado ao Comitê quando já está em certo nível de desenvolvimento. Entendo essa preocupação.

Sem mencionar nomes, porque de alguma maneira já tivemos uma experiência, creio que com a Bolívia, que vinha a um evento, seria bom que quando se trate de ex-funcionários de Governo ou de técnicos que vêm a seminários como convidados, que pelo menos as Representações estivessem informadas, porque este é um assunto com sensibilidades políticas, que talvez não esteja ao alcance da Secretaria ou esta não tenha o conhecimento do que isso possa significar. Indubitavelmente, trata-se de atores acadêmicos que internamente podem ter confrontações duras com funcionários que estão impulsionando políticas de Governo e, de alguma maneira, os Embaixadores aqui somos porta-vozes e agentes desses mesmos Governos e digamos, sem cair no exagero de vetar outros patrícios, por não ter afinidades políticas, porque estas são políticas de Estado, não só de governo, devemos ter mais cuidado para informar sobre esses convites com alguma antecedência porque, como bem manifestava o Embaixador Onis, embora seja um seminário financiado por um organismo diferente, a ALADI está comprometida, e o que aparece na imprensa está relacionado com nosso organismo.

Concluo minha intervenção dizendo que na perspectiva de uma secretaria forte e vigorosa e não de uma secretaria manietada, creio que podemos avançar um pouco mais quanto ao manejo desta informação e estabelecer alguns critérios não tão rígidos, mas finalmente critérios que permitam tomar conhecimento destes eventos

antes de que tenham comprometida sua realização. Advirto que se exageramos este passo, podemos chegar a bloquear coisas importantes. Sabemos que não é fácil pô-los de acordo no tema do seminário, nos convidados, mas temos que buscar um equilíbrio entre uma coisa e outra. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Presidente, preferiria, primeiro, escutar o Secretário-Geral.

PRESIDENTE. Muito bem. Tem a palavra o Senhor Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Nos mesmos termos que a Colômbia, considero que em algum momento teremos que definir essa linha entre a Secretaria e o Comitê de Representantes.

Pensamos que a Secretaria deve ser forte, e para isso devem existir, evidentemente, determinados direitos e obrigações, mas ter a iniciativa; na medida em que comecemos a regulamentar, a fazer parte de todos os assuntos da Secretaria, nessa medida estamos liberando à Secretaria, entre outras coisas, responsabilidades e adotando-as.

Isto está acontecendo há tempo e, especificamente, em uma Comissão que eu presido, que é a Comissão de Orçamento, no controle do orçamento, na medida em que tenhamos mais controle do orçamento, seremos mais responsáveis que a Secretaria pelo orçamento, que é sua função e seu dever, pelo que está estabelecido no Tratado.

Por conseguinte, qual é o limite? Até onde fazemos uma espécie de controle ou executamos o orçamento? Aí é onde está a linha e em cada um dos temas. Temos que dar autonomia a todos os temas que realiza a Secretaria. A Secretaria deve ter autonomia para ter iniciativas e levá-las à prática.

Considero que deveríamos tirar conclusões disto. Compartilho da opinião da Colômbia, no sentido de que devemos estar informados de todas suas atividades com a suficiente antecipação para enriquecer suas propostas e iniciativas e não para vetá-las ou dizer que por interesses políticos não servem, ou porque consideramos que a opinião da Secretaria vai ser confundida com a opinião do Comitê de Representantes ou dos Governos que fazem parte da ALADI. Venho de uma experiência muito prolongada na Comunidade Andina, como os senhores sabem, e houve uma diferença importante entre a opinião da Secretaria da CAN e a da Comissão e dos países, e não existem dificuldades. Inclusive surgem algumas discussões sadias. Às vezes a Secretaria tem que chamar a atenção dos países e, vice-versa, os países têm o poder e o dever, quando a Secretaria não cumpre, de informar a este Comitê, e isso é um chamado de atenção.

Não desejo estender-me nisto porque é muito longo, mas é importante saber colocar o limite, e creio que não somente para este seminário, mas para todas as atividades; tratar de fortalecer a Secretaria e dar-lhe autonomia de iniciativa, sem que isso implique uma contradição com a guia e as tomadas de decisões do Comitê de Representantes. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Representante de Cuba.

Representação de CUBA (Miguel Martínez). Obrigado, Senhor Presidente. Sem prejuízo do que o Secretário-Geral nos explique, a Representação de Cuba poderia apoiar, quase em sua totalidade, a intervenção da Delegação do Brasil quanto ao tema de procedimento neste tipo de atividades. Creio que uma secretaria forte não se afasta do cumprimento de certas normas de procedimento. Com relação ao resto do conteúdo do debate, surpreende-me muito e, portanto, não tenho ainda nenhuma opinião elaborada. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. O Chile se reservou para depois. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Vou explicar o tema.

Em primeiro lugar, não estou de acordo com os Representantes, especialmente com o Senhor Representante da Argentina, porque não se trata de um seminário no qual os europeus virão dizer-nos como fazer a integração econômica. A intenção deste seminário é que tenhamos diversas visões sobre um processo de negociação que está em andamento e que terá efeito direto sobre o processo de integração desenvolvido no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração.

Portanto, convidamos duas pessoas vinculadas diretamente com o mundo da integração europeia, mas convidamos também muitas pessoas vinculadas com o mundo da integração do Caribe e da América Latina em geral.

Como manifestou o Representante Permanente do Brasil, convidamos pessoas vinculadas ao MERCOSUL porque pensamos que podíamos localizar pessoas que nos pudessem ajudar nesse sentido. Convidamos o Secretário-Permanente do SELA, Organismo que abrange ainda mais países dos que temos aqui na Associação. Convidamos também o Chefe da Unidade de Comércio da OEA. Portanto, não é uma visão exclusivamente europeia. Inclusive, convidamos uma pessoa dos Estados Unidos para que exponha a visão norte-americana sobre um tema em particular, que é a autorização de negociação. Portanto, insisto, não é uma visão europeia da negociação da ALCA.

Em segundo lugar, como indicamos no memorando, esta é uma atividade estritamente acadêmico-empresarial, e por isso pensamos que em cumprimento, ou em uso das faculdades estabelecidas no Artigo 38 do Tratado, fizemos contatos com a Fundação Konrad Adenauer e organizamos o seminário.

Embora seja verdade que não se informou antes sobre a realização deste seminário, também é verdade que há tempo está sendo organizado este evento. Tivemos que fazer contatos com muitas personalidades. Algumas já confirmaram sua assistência, outras ainda não o fizeram, principalmente aquelas que vêm do hemisfério norte, porque coincide, justamente, com uma época de férias.

Portanto, consideramos que informamos no momento oportuno porque já avançamos em boa parte sobre a organização, e isso tem a ver com o fato de que a organização com a qual vamos realizar o seminário é a Fundação Konrad Adenauer, que não tem sede no Uruguai, senão na Argentina e, obviamente, desejo manifestar

que na parte organizacional, boa parte dos convidados foi sugerida pela Fundação Adenauer.

No que diz respeito ao procedimento, Presidente, tenho que manifestar que oportunamente falaremos sobre o tema que, como manifestou muito bem o Embaixador da Colômbia, refere-se ao limite das ações. O que nós não podemos, e devo enfatizar isto, é deixar de lado o uso das faculdades. Por exemplo, o Embaixador da Venezuela acaba de indicar uma faculdade que temos, que está compreendida na letra i), do Artigo 38 do Tratado. Justamente, pelas razões indicadas pelo Embaixador da Argentina, relacionadas com fatores políticos e vinculadas com fatores técnicos, omitimos em alguns casos fazer uso dessa faculdade, porque entendemos também que existe um complexo contexto político, no qual uma opinião da Secretaria ou de qualquer organização em determinado momento pudesse prejudicar o processo de negociação em desenvolvimento.

Nesse caso particular fizemos uso discricional dessa faculdade, mas de nenhuma maneira a Secretaria que administro, e que continuará sendo a Secretaria-Geral desta Organização, independentemente de quem exerça as funções de Secretário, não poderia de nenhuma maneira renunciar às faculdades estabelecidas pelo Artigo 38 do Tratado, salvo que seja modificado o Tratado de Montevidéu 1980.

Portanto, em uso dessas faculdades, ontem tive, e desejo informá-lo, uma reunião com o Senhor Vice-Presidente da COTAL, Organização de Turismo Latino-Americano, com a finalidade de promover uma reunião de empresários turísticos em nossa sede, para o qual fiz uso da faculdade estabelecida na letra j) do Artigo 38 do Tratado de Montevidéu 1980. Atuamos dentro desses limites e dentro desses parâmetros.

Oportunamente, Senhor Presidente, como foi manifestado hoje pela manhã, será discutido este tema em profundidade, e nesse momento também desejaríamos participar para esclarecer alguns aspectos referentes a certas atividades desenvolvidas pela Secretaria por iniciativa própria, mas que, indubitavelmente, enquadram-se no grande objetivo de contribuir para melhorar a participação dos países na integração da América Latina. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Vejo que os Senhores Representantes estão com o Tratado aberto, olhando avidamente as letras que o senhor mencionou, para um melhor conhecimento do que acaba de manifestar. Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, para dizer que as opiniões manifestadas a partir da intervenção do Embaixador da Argentina e as que seguem não as interpreto como orientadas a diminuir as competências e faculdades da Secretaria, que, como muito bem lembrou o Secretário-Geral, figuram especificamente no Artigo 38 do Tratado.

Porém, de uma leitura rápida do Artigo 38, neste momento, tanto da letra como do espírito, surge que este Comitê fixa o âmbito de ação da Secretaria, que é um órgão técnico e não um órgão político, e o define, precisamente, como tal. Por conseguinte, quando a fronteira entre o técnico e o político é difusa, o Comitê deve manifestar alguma preocupação e creio que assim foi neste caso específico. Penso que no momento em que seja discutido o papel apresentado pela Argentina deveremos fixar alguns procedimentos para este tipo de iniciativa.

Ficaremos todos satisfeitos de que existe um âmbito onde –tenho a impressão, pelo menos é o que desejaria-, o princípio básico em todo tipo de iniciativa da Secretaria está em que, dentro de suas prerrogativas, realize a consulta prévia às Representações, ao Comitê ou aos grupos de trabalho, para não estar limitada em seu acionar, senão pelo contrário, com a finalidade de ter razões para levar adiante uma atividade que contará com o apoio de todos nós, principalmente em uma atividade tão importante como esta, onde, efetivamente, a reflexão sobre estes temas é fundamental.

Queria manifestar meu parecer e sinto-me satisfeito com a explicação do Secretário-Geral. Ele teve a gentileza de consultar-nos também previamente sobre isto, mas devido a que estava convidando o ex-Presidente do Chile, Patricio Alwin, solicitou nosso apoio, que felizmente teve sucesso, para que possa estar presente neste seminário.

Reservo-me o resto para o momento de discutir o tema de procedimento aqui apresentado, que nos permitirá resolver este tipo de problemas para futuro. Obrigado.

PRESIDENTE. Sim, Senhor Representante. Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. Para esclarecer algumas coisas que em apenas uma intervenção podem não ficar claras.

Em geral trabalhamos para fortalecer a ALADI, ou seja, o trabalho constante de nossa Representação e da Argentina é fortalecer a ALADI para que seja mais eficiente, melhor vista, com mais prestígio. Todas nossas intervenções não são com o ânimo de atacar ninguém nem de diminuir ninguém; pelo contrário, são para somar esforços para obter melhores resultados. Esse foi o princípio geral, que assim entendeu Héctor, no sentido desta intervenção. Também desejo ter uma secretaria forte, eficiente, com muitas sugestões, que apresente propostas todos os dias à Mesa. Ficaria muito contente de que isso acontecesse, e é nesse sentido que queremos trabalhar.

Considero que há temas que não estão dentro de nossa competência, porque no Artigo 38 os trabalhos da Secretaria-Geral se referem ao Programa de Atividades. Como este é um organismo intergovernamental e político, a maioria dos temas tem repercussões. Por conseguinte, quando há repercussões de determinado tipo há Representante Permanente, porque se há organismos que são intergovernamentais, mas não têm representantes permanentes, o controle é diferente.

Neste caso, que há aqui Representantes Permanentes, não é um problema de controle de dizer que este seminário deveria ter estas atividades. Nós sugeriríamos, porque consideramos muito mais positivo, que fosse desta outra forma, por determinadas razões e creio que do intercâmbio de idéias surgirá uma atividade muito mais fortalecida porque contará não somente com a iniciativa da Secretaria, com o apoio da mesma, mas com a opinião favorável de todos os países-membros. Essa é nossa idéia; não é uma idéia de cortar nem de diminuir, mas de fortalecer a ALADI, que seja por consenso ou com as opiniões dos Governos, que são os que devem determinar o rumo político do Organismo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante da Argentina. Senhores Representantes, considero que aqui termina a discussão do tema. Creio que a

opinião que prevalece é que prerrogativas e consultas são sinônimos, que uma coisa não inibe a outra, e estamos certos de que a Secretaria-Geral levará adiante esta idéia ao pé da letra. Essa é a idéia, repito, com o apoio de todos os Representantes Permanentes neste Comitê de Representantes.

Por isso o manifestado pelo Representante da Argentina é uma posição certamente muito respeitável, e é a posição de seu país, e creio que também são respeitáveis todas as expressões emitidas esta tarde pelas outras Representações sobre a fortaleza e os campos de ação que devemos dar à Secretaria-Geral. Creio que nisso não há dúvida por parte das Representações, e acredito que ficou muito clara essa opinião, inclusive com a intervenção do Secretário-Geral a esse respeito.

Consideraríamos concluído este tema de assuntos diversos, para passar ao próximo. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Queria recordar que dias 27 e 28 deste mês se realizará, nesta sede, o Seminário sobre Comércio Eletrônico, como estava previsto.

Nesses mesmos dias se realizará a IV Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento de Informação Estatística de Comércio Exterior. Até o momento confirmaram sua assistência delegados da Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Cuba, Equador, Peru e Venezuela, estando pendente a informação da Argentina, México, Paraguai e Uruguai.

Finalmente, Senhor Presidente, com relação às reuniões de Consulta e Avaliação que estava realizando o Comitê de Representantes, em cumprimento da Resolução 54 (XI), comentou-se na Mesa a possibilidade de que o tema 5, referente às assimetrias, levando em conta a impossibilidade da pessoa selecionada pelo Comitê de Representantes de assistir à conferência correspondente, a Secretaria, em coordenação com o Senhor Representante Permanente do Paraguai, sugeriu o nome do Senhor Fernando Massi, economista de amplo prestígio no Paraguai, que recentemente esteve trabalhando neste tema. Sugiro ao Comitê convocar o Senhor Massi para uma data que coordenaríamos oportunamente com ele, que seria aproximadamente em 17 de julho. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Creio que esta proposta não será discutida porque o expositor proposto reuniria todas as condições requeridas para um tema tão importante como o das assimetrias. Por conseguinte, se não houver inconvenientes, aprovaríamos o convite ao distinto representante paraguaio para que nos enriqueça com seus conhecimentos neste tema.

Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Presidente, vou referir-me somente ao Seminário-Oficina sobre Comércio Eletrônico, que se realizará os dias 27 e 28. Já foi distribuída a atualização do estudo e somente desejo solicitar que nos confirmem, no prazo mais breve possível, os nomes dos funcionários, como foi indicado na convocação, o máximo responsável por este tema em cada um dos países, a fim de que desse seminário surjam orientações relevantes. Desejo recalcar isto às Representações para assegurar-nos uma assistência a esse seminário do mais alto nível possível.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Chile. Creio que todos tomamos nota de sua recomendação. Os Senhores têm em seu poder o excelente Documento ALADI/SEC/di 1514, com apenas 212 páginas, referente à situação atual e perspectivas do comércio eletrônico na região. Para os que usamos a eletrônica somente para digitar, como máquina de escrever, creio que seria interessante poder conhecer o conteúdo deste documento tão importante. Obrigado.

Senhores, a Presidência toma a palavra para falar sobre um ponto que considera de muita importância e é que temos a obrigação, nestes próximos dias, de apresentar a nossos Governos, aos Ministros das Relações Exteriores, especificamente, nossas idéias de como deverá atuar a ALADI, e isto como desenvolvimento do mandato da Resolução 54 (XI) da Reunião de Ministros de agosto do ano passado.

Nessa ordem de idéias, a Mesa, conformada pelos três países que os senhores conhecem, solicitou à Secretaria-Geral a elaboração de um documento informal com as atividades realizadas nos últimos seis meses, a fim de levar ao conhecimento de nossos Ministros o conjunto de atividades realizadas para o adequado cumprimento desta resolução. Creio que temos um compromisso muito grande e importante.

Queria informar-lhes que esta tarde, em suas respectivas emissões, receberão este documento, exclusivamente, as doze Representações a fim de que, se consideram oportuno, possamos começar a debater e aprovar e continuar debatendo, se necessário, na próxima sessão do Comitê de Representantes ou em Chefes de Representação.

A Presidência foi informada pelo coordenador da Comunidade Andina, a CAN, que os cinco países têm uma proposta de agenda tentativa, que possa desenvolver a estrutura deste documento que nos apresentará a Secretaria-Geral. Este documento da CAN poderia ser apresentado também para sua consideração na próxima sessão do Comitê de Representantes por parte de todos os demais países.

Creio que essa é a maneira de começar a trabalhar, porque já me estão solicitando coisas escritas e além de algumas idéias, este documento, que tem apenas 5 páginas, creio que completa o encargo deste Comitê para que possam ser debatidas em sua próxima sessão.

Se não houver nenhuma objeção, procederíamos nesse sentido e solicito aos Representantes que esta mesma tarde comecem a ler o documento para realizar um debate construtivo e fluído na próxima sessão. Se não há outro ponto para tratar, encerra-se a sessão.